



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES

<b>IDENTIFICAÇÃO DA ATA:</b> <i>Encontro com parceiros da sociedade civil para: - contribuição de cenário para elaboração do Plano Estratégico (PE) do Poder Judiciário Acreano 2021-2026; e – contribuição para construção das Metas Nacionais 2022</i>			
<b>LOCAL</b> <i>Reunião virtual via Google Meet</i>	<b>DATA</b> <i>16/04/2021</i>	<b>HORÁRIO</b> <i>De 15h</i>	<i>Às 17h20</i>
<b>PAUTA</b> <i>Consulta a parceiros da Sociedade Civil para: contribuição ao Planejamento Estratégico (PE) do Poder Judiciário do Estado do Acre (TJAC) 2021-2026 e das Metas Nacionais 2022</i>			
<b>DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS</b>  <i>A reunião aconteceu com o objetivo de atender a metodologia participativa de elaboração do Planejamento Estratégico (PE). Para tanto, foi realizada consulta por meio de encontro virtual com 27 entidades representativas da sociedade civil, parceiras do TJAC, visando:</i> <ul style="list-style-type: none"><li><i>– Conhecer as percepções sociais da sociedade referentes ao TJ Acre;</i></li><li><i>– Contribuir com o processo de construção do cenário da Instituição;</i></li><li><i>– Colher propostas e sugestões que poderão ser incorporadas ao PE;</i></li><li><i>– Colher sugestões que poderão aprimorar as Metas Nacionais do Poder Judiciário.</i></li></ul> <i>Participaram do encontro 37 pessoas, de 27 instituições com representação de todo o Estado do Acre, representando os seguintes segmentos: representação carcerária, mulheres, negros, juventude, povos indígenas, religiosos, deficientes, idosos, crianças e adolescentes, sindicalistas e produtores rurais, moradores de periferias, comunidade e pesquisadores acadêmicos.</i>  <i>A reunião foi aberta pela Dra. Andrea da Silva Brito, Juíza Auxiliar da Presidência, que apresentou o objetivo da reunião, descritos acima, e discorreu ainda sobre conceitos importantes para formação de imagem, por parte dos convidados, para compreensão do contexto do encontro: como o TJAC, enquanto organização que transforma recursos em serviços, neste caso, sentenças e decisões tramitadas em julgado aos jurisdicionados. Discorreu ainda, sobre a importância da sociedade em conhecer e contribuir com a construção das Metas Nacionais, e do que for definido no PE do TJAC deve ter alinhamento com a Estratégia Nacional/Metas Nacionais.</i>  <i>Discorreu sobre os 5 eixos do Poder Judiciário, sendo estes, uma das bases do PE:</i> <ol style="list-style-type: none"><li><i>1. Proteção dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente;</i></li><li><i>2. Promoção da estabilidade e do ambiente de negócios para o desenvolvimento nacional;</i></li><li><i>3. Combate à corrupção e à lavagem de dinheiro para a recuperação de ativos;</i></li><li><i>4. Justiça 4.0 e promoção do acesso à justiça digital; e</i></li><li><i>5. Vocação Constitucional do STF.</i></li></ol>			



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES

*Fez ainda, um resgate de como o TJAC vem atuando no resgate de identidades historicamente vulneráveis, reconhecendo os direitos dos povos indígenas e dos afrodescendentes nas ações afirmativas em prol das minorias étnicas, na legitimação de uniões homoafetivas, de paternidades socioafetivas, rechaçando a trans e a homofobia, e fortalecendo a Lei Maria da Penha.*

*Finalizou, ressaltando o papel dos magistrados como guardiões da Constituição Federal, assegurando a cada um o exercício de suas liberdades e igualdades numa sociedade fraterna pluralista e despida de preconceito. Em sendo assim, a reunião tem a finalidade de ouvir o que precisa ser aprimorado, discutindo com a sociedade, para que esta possa efetivamente opinar, sugerir e reivindicar melhorias na prestação dos serviços ofertados pela Instituição.*

*Na sequência, Raimundo Angelim, Diretor de Gestão Estratégica destacou o processo participativo adotado pela Presidência para elaboração do PE para o período 2021-2026, com destaque para os mais vulneráveis, pois o PE deverá contribuir para uma sociedade pacífica, justa e inclusiva, livre do medo e da violência, conforme preconiza os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) – uma das diretrizes que o PE do TJAC deve incorporar e que se trata da Meta Nacional 9.*

*Em seguida, Evandro Luzia, Gerente de Planejamento Estratégico e Orçamento, apresentou o desenho metodológico da construção de PE, as Metas Nacionais 2021 e conduziu as discussões, por meio de 3 perguntas orientadoras, estas tinham caráter livre e os participantes podiam responder via chat ou de forma oral:*

- *Qual a imagem temos hoje do TJ Acre? (Problemas e vantagens identificados na relação entre a sociedade e o TJAC);*
- *Quais sugestões podem melhorar a relação entre o TJAC e a Sociedade na prestação de serviços?*
- *Quais Metas Nacionais 2021 devem permanecer em 2022?*

*As contribuições dos participantes estão resumidas no quadro a seguir:*

<b>PERGUNTA 1</b> <b>Qual a imagem temos hoje do TJ Acre? (Problemas e vantagens identificados na relação entre a sociedade e o TJAC)</b>	<b>PERGUNTA 2</b> <b>Quais sugestões podem melhorar a relação entre o TJAC e a Sociedade na prestação de serviços?</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>– TJ é blindado, não acessível, linguagem muito diferente da usada pela sociedade;</li><li>– A justiça precisa de uma cara mais amistosa, as pessoas comuns têm medo do TJAC;</li><li>– Prédios suntuosos causando constrangimento nas pessoas em adentrá-los;</li><li>– A justiça é distante das pessoas mais carente, aquelas que estão à margem da sociedade, “parece que a justiça é para poucos e não para todos;</li><li>– Inegável que existe uma barreira/muros entre a sociedade e a justiça;</li><li>– O Projeto Cidadão é um exemplo de como se aproximar da sociedade;</li><li>– Há uma tentativa de diálogo com os povos indígenas, a partir de pessoas sensíveis, mas isso não resulta em diálogo efetivo;</li><li>– A justiça é morosa e distante da sociedade, há um sentimento de injustiça como senso comum, principalmente entre a população pobre e preta;</li><li>– O TJAC e a Sociedade Civil Organizada têm muita credibilidade;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Ampliar parcerias visando aproximar a sociedade do TJAC, por segmento;</li><li>– As pessoas precisam saber que no TJ é um potencial parceiro, mas precisa ser mais acessível;</li><li>– Aumentar o acesso por parte da população, criar formas/espacos de diálogos entre sociedade e TJ;</li><li>– A visão de que a justiça é para poucos deve ser desconstruída; pois a justiça é cega, deve atender a todos;</li><li>– Ampliar formas de resolução de conflitos;</li><li>– Ampliar a comunicação com a sociedade civil e ouvir a população para que as pessoas se sintam mais proximidade da instituição;</li><li>– Garantir proteção ao meio ambiente, a vida ao trabalho;</li><li>– Promover ações que se consolidem como políticas do TJ (as mudanças devem ocorrer de dentro para fora);</li><li>– Promover capacitações/formações para que a relação com a sociedade se estreite;</li><li>– Trabalhar os direitos humanos de forma estratificada devido à grande pluralidade do tema (questões sobre racismo, gênero etc.);</li></ul>



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES

<ul style="list-style-type: none"><li>- Existe uma grande morosidade nos processos, as pessoas sentem-se desamparadas (em especial mães negras).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Dá continuidade a projetos que já tiveram resultados positivos (projetos com comunidades indígenas: Proj. Cidadão; Maria da Penha vai à Aldeia);</li><li>- Aproximar o TJAC dos Conselhos Tutelares (ouvir conselhos tutelares por meio de audiências, realizar encontros informativos com equipes do TJ, promover a aproximação de instituições de justiça/juízes com os conselhos, principalmente no interior);</li><li>- Dispor de tradutor indígena e antropólogos no quadro do TJAC, considerando a quantidade e diversidade desses povos no Estado;</li><li>- Contribuir na divulgação das tradições dos povos indígenas, jovens indígenas são alvo das facções;</li><li>- Dispor de tradutor de libras em seus quadros;</li><li>- Desenvolver projetos para dar maior visibilidade às mulheres;</li><li>- Ampliar a aproximação com os povos indígenas;</li><li>- Facilitar as representações da sociedade civil junto ao TJAC;</li><li>- Criar uma ouvidoria especializada para o setor rural, discutir temas como reforma agrária, regularização de posse de terras;</li><li>- Oferecer Projeto Cidadão para pessoas da área rural e ribeirinhos;</li><li>- A justiça deve ser mais atuante, neste contexto em que a população vem perdendo direitos;</li><li>- Ampliar as condições de atendimento no interior;</li><li>- Adotar ações que tenham caráter transversal (MP, Defensoria e TJ);</li><li>- Alguns processos devem ser mais céleres que outros, no caso de saúde, por exemplo, precisa haver esta sensibilidade;</li><li>- É necessário traduzir as instituições do sistema de justiça para a sociedade, o que cada instituição faz, competências e atribuições;</li><li>- Efetivar parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/UFAC), visando a criação de ouvidorias em rede, havendo necessidade de capacitações relacionadas às questões de gênero e indígenas, identificação e combate ao racismo, como encaminhar e orientar pessoas vítimas de racismo ou privadas de direitos de uma forma geral;</li><li>- Realizar campanhas voltadas para direitos humanos, aplicada à realidade local;</li><li>- Reverter multas para entidades da sociedade civil.</li></ul>
<b>PERGUNTA 3</b>	
<b>Quais Metas Nacionais 2021 devem permanecer em 2022?</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>- Houve total concordância na permanência de que todas as Metas Nacionais apresentadas continuem sendo priorizadas em 2022, em especial aquelas que asseguram celeridade</li></ul>	

*De forma geral, houve, por parte dos participantes um sentimento de contentamento com a iniciativa pioneira de consultar a sociedade, ato que foi parabenizado por todos e elogiado pela inovação. A reunião foi considerada um “marco no diálogo com a Sociedade”.*

*Ao final das contribuições, a palavra retornou à Dra. Andrea Brito que apresentou o Plano de Ação para o ano de 2021 do Comitê da Diversidade – Eixo Racismo, que possui convergência de ideias com algumas propostas feitas pela sociedade. Destacou as seguintes ações:*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES

1. Criação da Ouvidoria contra crimes raciais;
2. Formação de cursos com a temática direcionada para grupos acadêmicos e instituições do sistema de justiça;
3. Capacitação para as polícias, com a temática preconceito e abordagem policial;
4. Formação em Direitos Humanos;
5. Levantamento de dados estatísticos (95% da população carcerária é negra);
6. Interceder junto à SSP para a criação de espaço especializado (Delegacia Especializada);
7. Análise da legislação de cotas nos concursos públicos do PJ.

*Dra. Andrea finalizou o encontro agradecendo a disposição de todos em participar do importante momento para o TJAC que é a elaboração do seu Planejamento Estratégico para um ciclo de 6 anos, e ainda a contribuição do TJAC na elaboração das Metas Nacionais, enfatizou que para os Magistrados, aqueles que estão sempre no lugar da “fala”, é importante aprender “ouvir”, e o momento da reunião foi enriquecedor, pois “Justiça é humanidade”, e se a sociedade não se vê acolhida pela Justiça, tem que haver transformação, e o processo de aproximação a sociedade contribui para essa transformação.*

## **PARTICIPANTES**

### **do TJAC**

1. Andrea Brito - Juíza Auxiliar da Presidência TJAC
2. Raimundo Angelim – DIGES/TJAC
3. Ângelo - Cerimonial TJAC Rio Branco
4. Célio José Moraes Rodrigues - COGER/GEAUX
5. Evandro Luzia – DIGES/TJAC
6. Josué Santos – DIGES/TJAC
7. Júlio César da Silva Gomes - COGER/GEAUX
8. Sílvia Brilhante – DIGES/TJAC

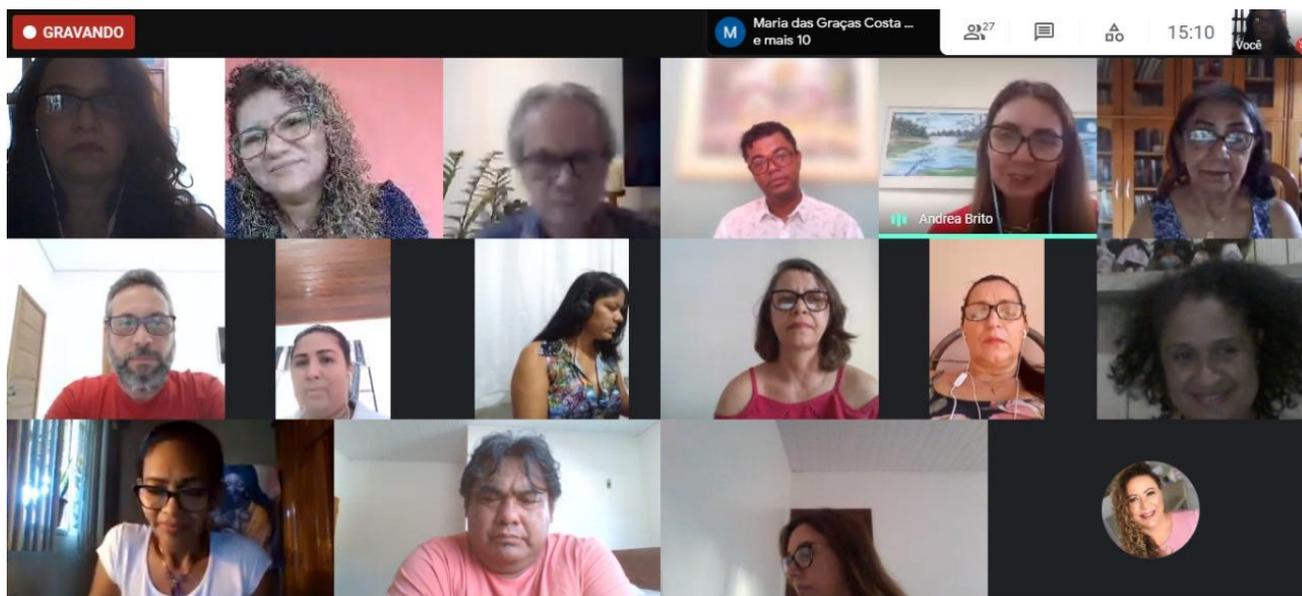
### **da Sociedade Civil**

9. Adriana da Silva Melo - Representando a Federação das Associações de Moradores do Acre – FAMAC
10. Antônio Sergioni Freitas de Paiva - Presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Acre - FETACRE
11. Cláudia Marques de Oliveira - Rede Mulher Ações Neabi-Ufac e Ouvidoria Neabi-Ufac
12. Edmar Batistala Tonelly - Central Única dos Trabalhador@s CUT Acre
13. Edneida Braga – Pastoral Carcerária
14. Eldo Shanenawa - Coordenador da organização dos professores indígenas do estado do Acre - OPIAC
15. Elton Fonseca - Associação Cristã de Apoio a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade.
16. Ester Araújo Mandato - Coletivo ACRE
17. Eudmar Nunes Bastos Michalczuk - Movimento Negro - CERNEGRO/CCCBA/SIPEAC
18. Hayane Nunes - ONG CERNEGRO
19. Janeima Azevedo de Souza - Gerente do Departamento de Igualdade Racial da SASDH
20. Jaycelene Maria da Silva Brasil - Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre - CDDHEP - vice - coordenação e Movimento Negro Unificado do Acre - MNU
21. Joaquim Paulo de Lima Maná Kaxinawa - secretário da Federação do povo Huni Kui da Estado do Acre FEPHAC
22. Jonhanthan Nobre de Souza - Coordenador Diocesano da Pastoral da Juventude e agente voluntário da Comissão Pastoral da Terra - CPT
23. Jota Conceição - Palestrante e Consultor em Direitos humanos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES

24. Luciana D'Ávila Costa – Vice-presidente da ASCONTAC - Conselheira Tutelar do 3 CT de Rio Branco
25. Lucinaira de Carvalho Silva - Presidente da associação de conselheiros e Ex Conselheiros Tutelares do Estado do Acre - ASCONTAC, Conselheira Tutelar no Primeiro Conselho Tutelar de Rio Branco
26. Maria das Graças Costa Silva Manchineri - Coordenadora de Gênero da MATPHA
27. Maria Ester Araújo de Souza- Associação Mulheres Negras do Acre
28. Maria Leitão – Associação Brasileira de Alzheimer - ABRAZ
29. Maria Santiago de Lima – Movimento Negro Unificado - MNU/ACRE
30. Patrícia Andrade Vitorino - Coordenadora/Conselheira Tutelar do Município de Plácido de Castro.
31. Pe. Máximo Lombardi – Instituto Ecumênico do Acre
32. Raimunda Bezerra da Silva - Coordenadora Geral do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre – CDDHEP/AC
33. Soleane Manchineri - Vice-Coordenadora da Matpha
34. Solene Oliveira da Costa - Rede MulherAções
35. Suiane Oliveira da Conceição - Coordenadora do primeiro Conselho Tutelar de Cruzeiro do Sul Acre
36. Toya Manchineri - Diretor Executivo da MATPHA, articulador político da COIAB, coordenador de área de território e recursos naturais da COICA
37. Veronica Loureiro Souza - Central de Articulação das Entidades de Saúde – CADES



**Print da tela de participantes da reunião.**